

## Questões políticas

**Todos os países devem** reduzir drástica e urgentemente as emissões de carbono em linha com o objetivo de 1,5°C, que reflete a sua justa quota-parte dos esforços globais para combater as alterações climáticas.

**Os países** industrializados devem cumprir o seu compromisso anual de proporcionar uma ajuda de 100 mil milhões de USD até 2020, assim como o de o aumentar, de modo a refletir as necessidades reais dos países em desenvolvimento — em especial as dos Países Menos Avançados.

**A Cimeira das Nações** Unidas sobre a Ação Climática de 2019 é uma oportunidade para todos os países exporem os seus planos e demonstrarem um verdadeiro empenhamento nos objetivos do Acordo de Paris.

**Todos os países devem** aumentar fortemente os seus compromissos de reduzir as emissões nos seus Contributos Determinados a Nível Nacional (CDN) até ao início de 2020.

## Por uma distribuição mais equitativa dos custos das alterações climáticas

As alterações climáticas têm impactos globais, mas atingem primeiro e mais intensamente as comunidades pobres e vulneráveis. Os 47 Países Menos Avançados (PMA) correm um risco desproporcionadamente alto de sofrerem consequências adversas em resultado do aquecimento global de 1,5°C e superior. Os PMA são os que menos contribuem para o aquecimento global. Mas, no decorrer dos últimos 50 anos, 69% das mortes causadas por catástrofes relacionadas com o clima a nível mundial ocorreram nos PMA. Agora é urgentemente necessária uma resposta global rápida. Todos os países devem contribuir com a sua justa quota-parte para a rápida redução das emissões e proporcionar apoio adequado aos países mais pobres e mais vulneráveis. É necessário um financiamento da ação climática significativamente maior por parte dos países industrializados. Os Contributos Determinados a Nível Nacional para a redução das emissões devem ser muitíssimo mais ambiciosos, com base no nível de responsabilidade de cada país como causador das alterações climáticas e na sua capacidade de abordar a crise global.

Os impactos das alterações climáticas são graves e têm um alcance global. Elas causam eventos climáticos extremos, cada vez mais intensos e frequentes. Os níveis do mar estão a subir e a acidificação crescente dos oceanos causa danos nos nossos ecossistemas marinhos. Entretanto, a degradação dos solos causa danos para a segurança alimentar e a biodiversidade. Mas os danos causados pelas alterações climáticas e os desafios que acarretam não são sentidos igualmente por todos. Mais de mil milhões de pessoas vivem em PMA — e elas enfrentam um risco desproporcionadamente alto de consequências

adversas resultantes do aquecimento global de 1,5°C e superior.<sup>1</sup>

A atividade humana já causou um aquecimento de cerca de 1°C acima dos níveis pré-industriais. Se continuar a este ritmo, o mundo será 1,5°C mais quente do que nos níveis pré-industriais pelo ano 2040. O ano passado, o Relatório Especial sobre Aquecimento Global de 1,5°C, do Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (IPCC) afirmou: “O aquecimento de 1,5°C não é considerado “seguro” para a maioria das nações, comunidades, ecossistemas e setores, e representa riscos significativos para

## *Não só são os PMA os que estão mais expostos aos impactos das alterações climáticas, mas são também eles os que têm menos capacidade de suportar e colmatar os efeitos.*

os sistemas naturais e humanos". O relatório salienta que os efeitos deste nível de aquecimento global serão "catastróficos e irreversíveis".<sup>2</sup>

Já há muito tempo que sabemos que a emissão de gases de estufa causa o aquecimento global e os seus efeitos devastadores. A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (CQNUAC) foi adotada em 1992, mas desde essa data que os níveis de gases de estufa continuaram a aumentar — e não mostram sinais

de terem atingido o valor máximo.

É óbvio que os esforços atuais para reduzir as emissões são inadequados. Os países devem comprometer-se a ir muito mais além. Ao abrigo do Acordo de Paris, os países determinam os seus próprios objetivos de redução das emissões e as medidas que tomarão para contribuírem para alcançar os objetivos desse Acordo. O compromisso de um país — conhecido por Contributos Determinados a Nível Nacional (CDN) — deve ser tão ambicioso quanto possível e representar a justa quota-parte do país para o esforço global, baseado no seu nível de responsabilidade como causador das alterações climáticas e na sua capacidade de abordar a crise.<sup>3</sup> E, no entanto, mesmo que cada país implemente na totalidade o seu CDN, ainda se espera que as temperaturas médias globais subam 3°C até ao fim do século.<sup>4</sup> Esta falta de ambição global de redução das emissões tem graves consequências, com impactos que excedem altamente a capacidade dos países vulneráveis de os suportar.

### **Desigualdades nas emissões e o orçamento de carbono**

As emissões anuais globais de gases de estufa devem ser reduzidas em mais de metade durante a próxima década, para se ter uma probabilidade de apenas 66% de limitar o aquecimento global a 1,5°C.<sup>5</sup> O limitado orçamento de carbono restante (a quantidade máxima de CO<sub>2</sub> que podemos emitir para se atingir este objetivo) deve ser justamente

partilhado entre todos os países. Mas os países industrializados devem liderar o combate às alterações climáticas e aos seus efeitos adversos, como o acordaram fazer através da Convenção.<sup>6</sup> Como afirma o relatório do PIAC, "Os benefícios da industrialização foram desigualmente distribuídos e os que dela historicamente tiraram os maiores benefícios também foram os que mais contribuíram para o atual problema do clima e, portanto, devem assumir maior responsabilidade".<sup>2</sup>

Por outro lado, os PMA pouco contribuíram para as alterações climáticas. Em média, uma pessoa que vive num PMA emite 0,319 toneladas de CO<sub>2</sub> por ano. Isto é significativamente menos do que a média global de 4,981 toneladas — e muitíssimo inferior às das pessoas em países de alto rendimento cuja média é 10,926 toneladas.<sup>7</sup> Tomados em grupo, os PMA emitem menos de 1% das emissões globais de CO<sub>2</sub> por ano.<sup>7</sup> E, quando se consideram as emissões cumulativas que causaram o aquecimento de 1°C até à data, a proporção contribuída pelos PMA é ainda mais pequena: desde 1850 os PMA contribuíram apenas com 0,44% das emissões de CO<sub>2</sub>.<sup>8</sup>

### **Por que razão são os PMA os mais vulneráveis?**

As alterações climáticas trazem imensos desafios para os PMA:

- Perdas e danos causados pelos impactos físicos das alterações climáticas
- Custos elevados de adaptação às alterações climáticas para evitar e minimizar os seus impactos
- O desafio de desenvolver e retirar as pessoas da pobreza com um orçamento de carbono limitado.

Podemos aumentar os esforços de mitigação com o fim de reduzir as emissões globais. Podemos tomar todas as medidas possíveis para nos adaptarmos às alterações climáticas. Mas grande parte das perdas e danos que elas causam continuarão a ser inevitáveis. Isso já está a acontecer, não pode ser completamente desfeito e tem tido graves repercussões nos PMA, cujas economias já são reduzidas. Mas o custo é muito pior do que apenas o dano económico. Há vidas que se estão a perder.

Os PMA são altamente dependentes do ambiente natural em termos dos seus

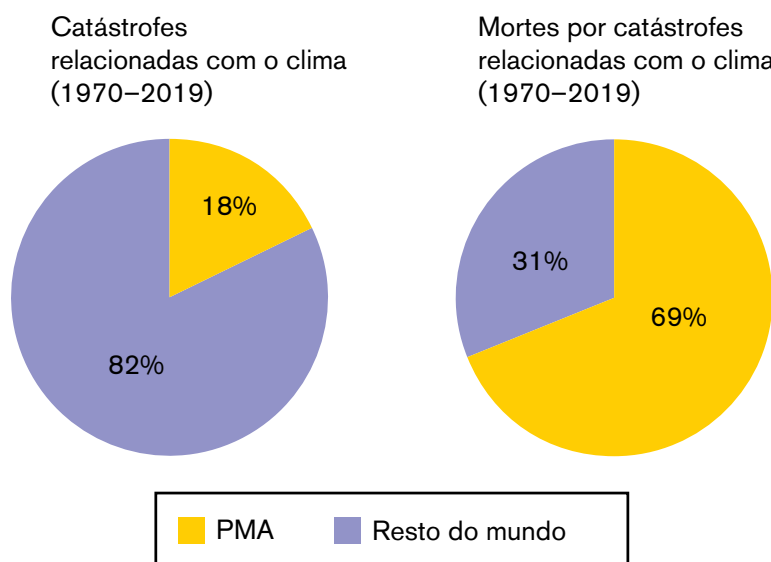
alimentos e meios de subsistência. Mais de 60% dos empregos nos PMA são na agricultura.<sup>9</sup> Eles correm especialmente os riscos decorrentes do aumento das temperaturas e da variabilidade nos padrões de precipitação, em especial de extremos como as secas, tempestades e inundações. O PIAC confirma que as alterações climáticas agravam os processos de degradação dos solos, enquanto o aquecimento, as alterações dos padrões de precipitação e a maior frequência de eventos extremos afetaram a segurança alimentar.<sup>10</sup>

Não só são os PMA os que estão mais expostos aos impactos das alterações climáticas, mas são eles também os que têm menor capacidade de suportar e atenuar os seus efeitos. As Nações Unidas classificam os países como “menos avançados” de acordo com três critérios. Um deles é o rendimento nacional bruto per capita inferior a 1 025 USD.<sup>11</sup> Mais de 36% das pessoas nos PMA vivem na pobreza e com menos de 1,90 USD por dia.<sup>9</sup>

Consequentemente, os PMA são mais vulneráveis a extremos climáticos, cuja intensidade e frequência estão a aumentar. Nos últimos 50 anos, 69% de todas as mortes causadas por extremos climáticos — incluindo secas, incêndios florestais incontrolados, inundações, deslizamentos de terras, temperaturas extremas e tempestades — ocorreram nos PMA. Uma percentagem desproporcionadamente grande de pessoas nos PMA morrem em consequência de catástrofes relacionadas com o clima, comparada com a de países mais ricos (Figura 1).<sup>12</sup>

Em apenas a primeira metade de 2019, a seca, inundações, deslizamentos de terras e tempestades mataram mais de 1 200 pessoas nos PMA e afetaram mais cerca de 11 milhões (Tabela 1).<sup>12</sup> Analisando eventos semelhantes entre janeiro de 2015 e julho de 2019, mais de 8 500 pessoas foram mortas nos PMA, com quase mais 105 milhões de pessoas afetadas.<sup>12</sup> Estes valores, acrescentados à devastação e perda de vidas, representam custos económicos enormes. Apenas 20% das catástrofes climáticas ocorridas nos últimos

**Figura 1. Gráficos de setores que mostram a proporção de catástrofes e mortes resultantes de catástrofes**



Embora somente 18% das catástrofes relacionadas com o clima tenham ocorrido nos PMA nos últimos 50 anos, 69% das mortes causadas por essas catástrofes em todo o mundo durante esse período ocorreram nos PMA, apesar de somente 13% da população mundial viver nesses países.

**Tabela 1. Catástrofes ocorridas em 2019 nos PMA (seca, tempestades, inundações e deslizamentos de terras)**

País	Número de mortes	Número afetado
Afganistão	155	129 661
Angola	30	5 330
Bangladesh	76	5 028 061
Burundi*	10	
Comores	8	345 311
Haiti	8	3 108
Malawi	67	886 655
Mali	15	507
Moçambique	671	705 600
Mianmar*		6 200
Nepal	119	82 541
Somália*		1 500 000
Sul do Sudão	3	65 352
Sudão*		6 198
República Unida da Tanzânia	5	2 005 000
Uganda	84	132 553
Iémen	8	80 000
Zâmbia*	4	
<b>Total</b>	<b>1 263</b>	<b>10 982 077</b>

\*Dados incompletos

Fonte: Base de Dados CRED-EMDAT<sup>12</sup>

cinco anos representaram um custo total estimado em 7,2 mil milhões de USD. Apesar de ser apenas uma fração do custo real, é ainda um encargo significativo para os PMA.<sup>12</sup> As tempestades de 2016 no Haiti, por exemplo, causaram 2 mil milhões de USD em danos, um valor superior a 25% do PIB do país. As inundações de 2017 no Nepal e a seca de 2015 na Etiópia tiveram um custo total superior a 2% do PIB de cada um dos países nesses anos (com custos declarados de 595 milhões de USD e de 1,4 mil milhões de USD, respetivamente).<sup>7,12</sup>

### Apoiar a ação contra as alterações climáticas nos PMA

Os impactos das alterações climáticas nos PMA são multiplicados pelos desafios sem precedentes de retirar as pessoas da pobreza com um orçamento de carbono limitado. Presentemente, apenas 45% das pessoas nos PMA têm acesso a eletricidade.<sup>9</sup> Maior acesso à eletricidade é essencial para o seu desenvolvimento. Mas não há lugar para uma extração e consumo desmedidos de

combustíveis fósseis no restante orçamento de carbono. Isto realça a importância de iniciativas como a Iniciativa sobre Energias Renováveis e Eficiência Energética para o Desenvolvimento Sustentável de Países Menos Avançados (IEREE dos PMA) que tem por objetivo, entre outras coisas, atingir 100% de acesso a energias renováveis suficientes, económicas e modernas para todos os cidadãos nos PMA até 2030.<sup>13</sup> A sua visão é que as energias renováveis passarão a ser uma fonte de rendimento para muitos e uma maneira de empoderar as comunidades, eliminando as suas dependências de outros países e grandes empresas.

Em grupo, os PMA iniciaram e impulsionaram duas outras iniciativas de ação contra as alterações climáticas. O Consórcio de Universidades dos PMA sobre Alterações Climáticas (LUCCC) visa desenvolver capacidade, conhecimentos e competência nos PMA sobre alterações climáticas, desenvolvendo uma rede colaborativa Sul-Sul de universidades nos PMA. A Iniciativa dos PMA para uma Adaptação e Resiliência Eficientes

(LIFE-AR) tem por objetivo melhorar a eficácia e sustentabilidade a longo prazo dos esforços de adaptação e apoiar o desenvolvimento de resiliência às alterações climáticas, que reduz a vulnerabilidade e permite o desenvolvimento das comunidades.

A nível nacional, os PMA estão a levar muito a sério a ação contra as alterações climáticas: cada fração de um grau de aquecimento tem muita importância. Eles definiram metas ambiciosas para as reduções das emissões nos seus CDN. Dos 47 PMA, 43 homologaram o Acordo de Paris e apresentaram um CDN. Desses, 35 incluíram metas para reduzir as emissões de gases de estufa per capita até 2030.<sup>14</sup>

Para estas iniciativas serem bem-sucedidas e para os PMA concretizarem os seus CDN (que incluem planos para a adaptação e abordagem de perdas e danos, assim como para reduzir/evitar as emissões), é necessário que a comunidade internacional proporcione muito mais apoio, através de transferência de tecnologias, desenvolvimento de capacidades e financiamento. Embora existam várias fontes de potencial financiamento, o mais importante para os PMA é o financiamento público internacional da ação climática. O reabastecimento de fundos multilaterais para a ação contra as alterações climáticas é crítico — e esses fundos devem apoiar as ações dos PMA, dirigidas pelos PMA.

## O financiamento da ação climática é essencial

O alto custo das alterações climáticas enfrentado pelos PMA resulta em grande medida de ações de outros países. Reconhecendo este facto, em 2010, em Cancun, os países industrializados que são Parte da CQNUAC comprometeram-se a mobilizar em conjunto 100 mil milhões de USD por ano até ao ano 2020, para darem resposta às necessidades dos países em desenvolvimento na luta contra as alterações climáticas.<sup>15</sup> Contudo, o custo só para os PMA — além de outros países em desenvolvimento — do financiamento das suas medidas de mitigação e adaptação foi estimado num total de 93 mil milhões de USD por ano, com base nos planos descritos nos CDN dos PMA.<sup>16</sup>

É óbvio que o compromisso de 100 mil milhões de USD por ano é inadequado. Mesmo assim, os países industrializados que são Parte deste

acordo ainda não cumpriram este compromisso. O Comité Permanente das Finanças da CQNUAC comunicou que o fluxo de finanças das Partes do Anexo II (países industrializados de longo prazo) para os países que não são Parte do Anexo I (países em desenvolvimento, incluindo os PMA) totalizou apenas 38 mil milhões de USD em 2016.<sup>17</sup> Contudo, a Oxfam sugere que a assistência real proporcionada especificamente para as alterações climáticas foi de apenas 16-21 mil milhões de USD.<sup>18</sup>

Além disto, o financiamento da ação climática não está a chegar onde ele é mais necessário. Os PMA apenas recebem 24% dos fluxos monetários bilaterais do financiamento da ação climática e 21% das finanças aprovadas pelos fundos multilaterais de financiamento da ação climática.<sup>17</sup> E estima-se que menos de 10% do financiamento da ação climática é canalizado para níveis locais, onde pode ser utilizado mais eficientemente para a realização de resultados sustentáveis com impacto duradouro.<sup>19</sup> Por terem menos recursos, países como os PMA podem ter dificuldade em aceder ao financiamento da ação climática disponível. O melhoramento dos processos de desembolso de fundos ajudará a assegurar que o financiamento é facilmente acessível para os que dele necessitam.

Com o prazo “até ao ano 2020” acordado em Cancun apenas a alguns meses de distância, existe claramente a necessidade de os países industrializados que são Parte do Acordo aumentarem vasta — e rapidamente — os níveis de financiamento da ação climática que proporcionam aos países em desenvolvimento e de assegurarem que ele chega aos que dele mais necessitam e aos que estão melhor posicionados para maximizar os seus benefícios duradouros.

## Temos necessidade de uma resposta global rápida

Para os países ricos, com altos níveis de emissões, a rápida redução dos níveis domésticos deve ser acompanhada de financiamento da ação climática. Para muitos países, a sua justa quota-parte para a resposta global às alterações climáticas exige mais do que a drástica redução das emissões domésticas. Também envolve proporcionar apoio financeiro aos países pobres para que eles possam fazer o mesmo, para assegurar que ninguém fique para trás.

Está na altura de atuar. Os Governos — especialmente os dos países industrializados — devem demonstrar que pretendem seriamente alcançar os objetivos do Acordo de Paris. Estão a aproximar-se dois momentos decisivos: a Cimeira da Ação Climática em Nova Iorque, em setembro de 2019, e o importante prazo de 2020 para a apresentação ou atualização dos CDN para o primeiro ciclo de implementação. Ambos representam uma

oportunidade para os governos exporem os seus planos e compromissos, em linha com o objetivo de 1,5°C, e refletirem sobre a sua justa quota-parte para o esforço global.

### Camilla More, Gabrielle SA Swaby e Sonam P Wangdi

Camilla More é consultora jurídica da IIED. Gabrielle SA Swaby é pesquisadora do Grupo sobre Alterações Climáticas do IIED. Sonam P Wangdi é Presidente do Grupo dos PMA da CQUAC e secretário da Comissão Nacional sobre o Ambiente do Butão.



## Knowledge Products

O Instituto Internacional do Ambiente e Desenvolvimento (IIED) promove o desenvolvimento sustentável, associando as prioridades locais aos desafios globais. Apoiamos algumas das pessoas mais vulneráveis do mundo a reforçarem a sua voz na tomada de decisões.

### Contacto

Gabrielle Swaby  
gabrielle.swaby@iied.org

80–86 Gray's Inn Road  
London, WC1X 8NH  
Reino Unido

Tel: +44 (0)20 3463 7399  
www.iied.org

O IIED gostaria de receber feedback através de:  
@IIED and  
www.facebook.com/theiied

ISBN 978-1-78431-746-1

Esta investigação foi financiada pela União Europeia; contudo, o seu conteúdo é puramente da responsabilidade dos seus autores e não deve ser considerado como representativo da opinião da União Europeia.



## Notas

<sup>1</sup> IPCC/PIAC (2018) Global Warming of 1.5°C: Summary for Policymakers. [https://report.ipcc.ch/sr15/pdf/sr15\\_spm\\_final.pdf](https://report.ipcc.ch/sr15/pdf/sr15_spm_final.pdf) / <sup>2</sup> IPCC/PIAC (2018) Special report: Global Warming of 1.5°C. [www.ipcc.ch/sr15](http://www.ipcc.ch/sr15) / <sup>3</sup> United Nations (2015). Paris Agreement, Article 4.3. [https://unfccc.int/sites/default/files/english\\_paris\\_agreement.pdf](https://unfccc.int/sites/default/files/english_paris_agreement.pdf). Os sucessivos CDN de cada Parte representarão um avanço do atual CDN da Parte e refletirão a sua maior ambição possível, com base nas suas responsabilidades comuns, mas diferenciadas, e nas suas respetivas capacidades, em função das suas diferentes situações nacionais. / <sup>4</sup> Climate Action Tracker (2018) Warming projections global update. <http://bit.ly/2lrzDaP> / <sup>5</sup> UN Environment (2018) Emissions Gap Report 2018. [www.unenvironment.org/resources/emissions-gap-report-2018](http://www.unenvironment.org/resources/emissions-gap-report-2018). Em 2017, as emissões de gases de estufa totalizaram 53,5 GtCO<sub>2</sub>e. Para haver uma probabilidade de 66% de limitar o aquecimento global a 1,5°C, as emissões devem totalizar 24 GtCO<sub>2</sub>e em 2030. / <sup>6</sup> United Nations (1992) United Nations Framework Convention on Climate Change, Article 3.1. <https://unfccc.int/resource/docs/convkp/conveng.pdf> / <sup>7</sup> Grupo do Banco Mundial, Dados Abertos do Banco Mundial. <https://data.worldbank.org> / <sup>8</sup> Climate Equity Reference Calculator. <https://calculator.climateequityreference.org> / <sup>9</sup> UNCTAD (2018) Statistical tables on the least developed countries. <http://bit.ly/2kqlzNp> / <sup>10</sup> IPCC/PIAC (2019) Climate Change and Land: Summary for Policymakers. <http://bit.ly/2jVHqpo> / <sup>11</sup> United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Economic Analysis. LDC Identification Criteria & Indicators. <https://bit.ly/2JgoAY1> / <sup>12</sup> Baseado em dados do Centre for Research on the Epidemiology of Disasters International Disaster Database (CRED-EMDAT). [www.emdat.be](http://www.emdat.be) / <sup>13</sup> LDC Group on Climate Change (2019) The Least Developed Countries Renewable Energy and Energy Efficiency Initiative for Sustainable Development. <http://bit.ly/2lyelli> / <sup>14</sup> UNCTAD (2017) The Least Developed Countries report 2017: transformational energy access. [https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/ldcr2017\\_en.pdf](https://unctad.org/en/PublicationsLibrary/ldcr2017_en.pdf) / <sup>15</sup> Decision 1/CP.16 (the Cancun Agreements), Paragraph 98, from UNFCCC COP16. <http://bit.ly/2IUsVdA> / <sup>16</sup> Rai, N, Soanes, M, Norton, A, Anderson, S, Steele, P, Tenzing, J e MacGregor, J (2015) A fair climate deal in Paris means adequate finance to deliver INDCs in LDCs. IIED, London. [pubs.iied.org/17333IIED](https://pubs.iied.org/17333IIED) / <sup>17</sup> UNFCCC Standing Committee on Finance (2018) 2018 Biennial Assessment and Overview of Climate Finance Flows Technical Report. <https://bit.ly/30vrdOY> / <sup>18</sup> Oxfam (2018) Climate Finance Shadow Report 2018: Assessing progress towards the \$100 billion commitment. [www.oxfam.org/en/research/climate-finance-shadow-report-2018](http://www.oxfam.org/en/research/climate-finance-shadow-report-2018) / <sup>19</sup> Soanes, M, Rai, N, Steele, P, Shakya, C e MacGregor, J (2017) Delivering real change: getting international climate finance to the local level. IIED, London. [pubs.iied.org/10178IIED](https://pubs.iied.org/10178IIED)